ReGeo ISSN: 2177-3246

INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESEMPENHO ESCOLAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE HAITI E BRASIL

FOOD INSECURITY AND SCHOOL PERFORMANCE: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN HAITI AND BRAZIL

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y RENDIMIENTO ESCOLAR: UN ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE HAITI Y BRASIL

10.56238/revgeov17n3-101

Paul Jerome Patrice
Mestre em Geografia
Instituição: Universidade Federal Mato Grosso do Sul (UFMS)
E-mail: paul.jerome@ufms.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-2253-4639

Jesumene Joseph
Mestranda em Educacao
Instituição: Universidade Estadual Mato Grosso do Sul (UEMS)
E-mail: jjesumene96@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009000988217960

RESUMO
Esta pesquisa comparativa analisa o impacto da insegurança alimentar no desempenho escolar no Haiti e no Brasil, bem como a eficácia das políticas públicas de mitigação. O estudo revela um contraste gritante entre os dois contextos. No Haiti, a fome crônica afeta quase metade da população, com consequências desastrosas para as capacidades cognitivas dos alunos: problemas de concentração, memória deficiente, absentismo elevado e taxas de abandono escolar preocupantes. A ausência de um programa nacional estruturado e a dependência de uma ajuda humanitária fragmentada perpetuam esta crise. Inversamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro demonstra a eficácia de uma abordagem integrada, baseada num quadro legal duradouro, financiamento estável, gestão descentralizada e controle social através dos Conselhos de Alimentação Escolar. Os resultados mostram uma melhoria significativa no desempenho escolar de até 12% e uma redução de 25% no abandono escolar nos municípios onde o programa está totalmente implementado. O estudo conclui que a fome escolar não é uma fatalidade, mas sim o produto de escolhas políticas, e que uma intervenção estatal estruturada pode quebrar o ciclo vicioso entre a precariedade alimentar e o fracasso educativo.

Palavras-chave: Fome Escolar. Insegurança Alimentar. Desempenho Escolar. Haiti. Brasil.

ABSTRACT
This comparative research analyzes the impact of food insecurity on educational achievement in Haiti and Brazil, as well as the effectiveness of public mitigation policies. The study reveals a striking contrast between the two contexts. In Haiti, chronic hunger affects nearly half the population, with

disastrous consequences for students' cognitive abilities: concentration problems, poor memory, high absenteeism, and worrying school dropout rates. The absence of a structured national program and the reliance on fragmented humanitarian aid perpetuate this crisis. Conversely, the Brazilian National School Feeding Program (PNAE) demonstrates the effectiveness of an integrated approach based on a lasting legal framework, stable funding, decentralized management, and social control through School Feeding Councils. The results show a significant improvement in academic performance of up to 12% and a 25% reduction in dropout rates in municipalities where the program is fully implemented. The study concludes that school hunger is not inevitable but rather the product of political choices, and that structured state intervention can break the vicious cycle between food precariousness and educational failure.

Keywords: School Hunger. Food Insecurity. Educational Achievement. Haiti. Brazil.

RESUMEN
Esta investigavión comparative analiza el impacto de la inseguridad alimentaria en el desempeno escolar en Haití y Brasil, así como la eficacia de las políticas públicas de mitigación. El estudio releva un mercado contraste entre ambos conttextos. En Haití, el hambre crónica afecta a casi la mitad de la población, con consecuencias desastrosas para las capacidades congnitivas de los estudiantes, tales como dificultades de concentración, déficits de memoria, aumento del ausentismo y elevadas tasas de abandono escolar y la fuerte dependecia de la ayuda humanitaria fragmentada contribuyen a la persistencia de esta problemática.Por contrario, el Programa National de Alimentación Escolar (PNAE) de Brasil demuestra la eficacia de un enfoque integrado, basado en un marco jurídico duradero, financiación estable, gestión descentralizada y control social a través de los Consejos de Alimentación Escolar. Los resultados muestran una mejora significativa del rendimiento académico de hasta un 12 % y una reducción del 25 % en el abandono escolar en los municipios donde el programa está plenamente implementado. El estudo concluye que el hambre escolar no es una fatalidad, sino el resultado de decisiones políticas, y que una intervención estatal estructurada puede romper el círculo vicioso entre la precariedad alimentaria y el fracaso educativo.

Palabras claves: Hambre Escolar. Inseguridad Alimentaria. Rendimiento Escolar. Haití. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A teoria do crescimento endógeno permitiu uma redescoberta da importância e dos desafios da educação. De fato, a educação desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento, tanto em nível macro (Krueger e Lindahl, 2001) quanto em nível micro (Duflo, 2001; Angrist e Krueger, 1991). Evidências sólidas atestam que a educação permite alcançar um alto padrão de vida e um crescimento forte e sustentável (Hanuschek e Woessmann, 2007; Glewwe, 2002; Schultz, 1988). O investimento em capital humano permite ter trabalhadores qualificados, capazes de garantir o desenvolvimento (Diagne, 2008). Assim, devido ao progresso tecnológico, a produtividade do trabalho depende mais do que nunca das qualificações escolares (Bartel e Lichtenberg, 1987).

A fome no ambiente escolar constitui um desafio educacional e de saúde pública majores, particularmente nos países subdesenvolvidos e também em alguns países em desenvolvimento. Como destaca a UNESCO (2015), este fenômeno não se resume a uma sensação temporária de desconforto, mas representa um obstáculo fundamental à aprendizagem, afetando diretamente as capacidades cognitivas, a concentração e a memória dos alunos. As consequências repercutem no aproveitamento escolar, dificultando a eficácia dos sistemas educacionais e comprometendo o futuro das gerações vindouras.

No Haiti, país mais pobre das Américas, a problemática é exacerbada por uma combinação de fatores estruturais. O Programa Alimentar Mundial (2017) documenta que, neste contexto de grande vulnerabilidade, uma parte significativa da população escolar chega às aulas com o estômago vazio, o que hipoteca seriamente suas chances de sucesso. Os relatórios do UNICEF (2019) confirmam que a desnutrição infantil constitui um grande obstáculo ao desenvolvimento cognitivo e educacional no país.

Em contrapartida, o Brasil se destacou por décadas de políticas públicas voluntaristas, especialmente seu programa emblemático de alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). O FNDE (2021), órgão gestor do programa, demonstra como esta iniciativa estrutural contribui para a segurança alimentar e para a melhoria dos indicadores educacionais. Sidaner, Balaban e Burlandy (2013) analisam o PNAE como um modelo de política integrada, reconhecido internacionalmente por seu papel no combate à fome.

A análise comparativa dos casos haitiano e brasileiro oferece, assim, um esclarecimento valioso. Ela permite não apenas medir o impacto deletério da insegurança alimentar na aprendizagem, mas também avaliar a eficácia das respostas institucionais. Ao confrontar um contexto de grande precariedade alimentar com uma experiência de mitigação bem-sucedida, este estudo visa destacar a urgência de integrar a nutrição no cerne das estratégias educacionais para garantir um aprendizado escolar duradouro e equitativo.

A teoria do crescimento endógeno estabeleceu o papel fundamental da educação e do capital humano no desenvolvimento econômico. No entanto, a eficácia dos sistemas educacionais é gravemente comprometida por um obstáculo maior: a fome no ambiente escolar. Este fenômeno, que vai além da simples sensação de desconforto, afeta diretamente as capacidades cognitivas, a concentração e a memória dos alunos, hipotecando assim seu aprendizado escolar e, a longo prazo, o desenvolvimento de um país.

A análise comparativa dos casos haitiano e brasileiro visa avaliar o impacto da insegurança alimentar no aprendizado escolar e identificar os mecanismos das políticas públicas capazes de combatê-lo, a fim de propor pistas de ação para uma educação mais eficaz e equitativa. Para tal, este estudo estabelece os seguintes objetivos específicos: primeiro, analisar o impacto deletério da fome na educação, documentando, através do caso haitiano, suas consequências concretas sobre as capacidades cognitivas, a assiduidade e o desempenho dos alunos. Em segundo lugar, pretende estudar o modelo de mitigação bem-sucedido representado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil, examinando seu funcionamento, governança, financiamento e efeitos comprovados. Em terceiro lugar, será realizada uma análise comparativa sistemática para confrontar os dois contextos, a fim de identificar os fatores-chave de sucesso brasileiros e as falhas estruturais haitianas. Finalmente, com base nesses ensinamentos, o objetivo último é formular recomendações estratégicas concretas para integrar a nutrição no cerne das políticas educacionais, particularmente em contextos vulneráveis, e assim garantir a aquisição efetiva do capital humano indispensável ao desenvolvimento.

2 METODOLOGIA PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa adota uma abordagem comparativa qualitativa baseada na análise aprofundada de dois estudos de caso contrastantes, Haiti e Brasil, permitindo examinar os efeitos diferenciados da fome escolar no desempenho dos alunos em contextos de políticas alimentares distintas, mas que compartilham desafios regionais comuns. A metodologia fundamenta-se na triangulação de fontes, incluindo uma revisão sistemática da literatura acadêmica e institucional (2000-2023), uma análise documental qualitativa dos marcos legais e das avaliações de programas, bem como o exame de indicadores específicos (frequência escolar, resultados acadêmicos, abandono escolar e parâmetros nutricionais). Os procedimentos de análise combinam uma análise temática para identificar padrões e divergências, e uma análise comparativa dos dispositivos institucionais e seus impactos. O quadro conceitual integra a teoria do capital humano (Schultz, 1961), a abordagem das capacidades (Sen, 1999) e o modelo ecológico (Bronfenbrenner, 1979) para compreender as múltiplas dimensões do fenômeno. Embora confrontada com certas limitações, nomeadamente a disponibilidade desigual de dados e a dificuldade de isolar o efeito específico da fome, esta abordagem metodológica permite uma compreensão matizada dos mecanismos de impacto e dos fatores de sucesso das políticas de mitigação.

3 RESULTADOS E DISCUSSOES

3.1 FOME E DESNUTRIÇÃO NO HAITI E NO BRASIL

Os avanços do Haiti contra a fome e a desnutrição são irregulares desde o início dos anos 2000. A situação chegou a deteriorar-se em 2005 e 2010, como indicava o aumento do seu Índice Global da Fome (GHI). Embora a pontuação de 2019 (34,7) seja a melhor desde 2000, ainda está classificada na categoria "grave" e coloca o país entre as dez nações mais afetadas pela fome.

Esta situação crítica deve-se principalmente à taxa de subalimentação, uma das mais elevadas do mundo. Quase metade da população haitiana não tem o que comer de forma crônica, uma proporção que se manteve quase inalterada ao longo de vários anos. Esta insegurança alimentar persistente é atribuível à pobreza, à agricultura pouco produtiva, às frequentes catástrofes naturais, à degradação ambiental e à dependência das chuvas para a agricultura.

A dieta dos haitianos é frequentemente de má qualidade e carece de diversidade. Muitas famílias não têm ingestão suficiente de ferro, proteínas e vitamina A. Alimentos de origem animal, ricos em nutrientes, são pouco consumidos, enquanto frutas e vegetais estão ausentes da alimentação de muitos lares. A base da alimentação é constituída por cereais (arroz, milho, trigo), raízes, tubérculos e leguminosas. O país tornou-se fortemente dependente das importações de arroz, especialmente após a redução das tarifas alfandegárias na década de 1980.

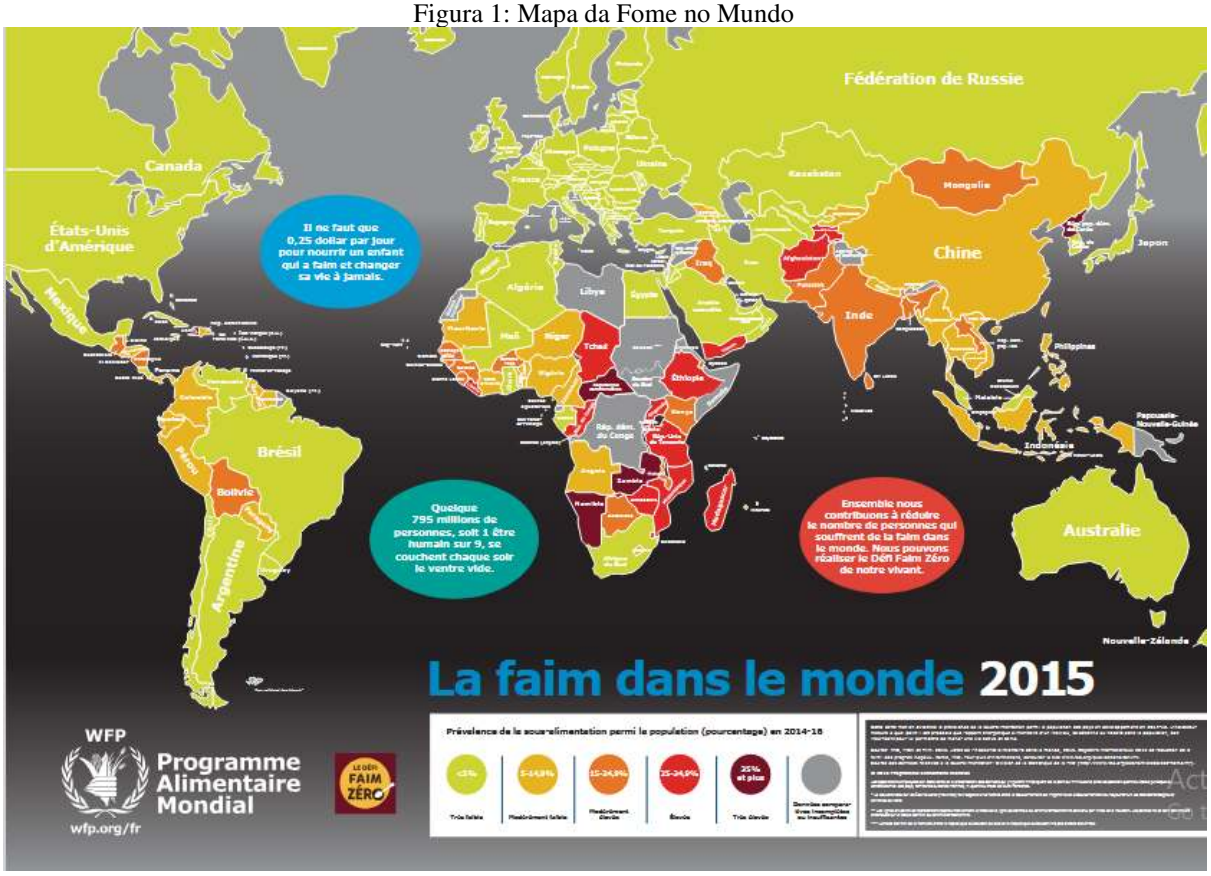
A mortalidade infantil, embora em constante queda, teve um pico em 2010 devido ao terremoto. Com uma taxa de 7,2%, continua sendo a mais alta das Américas. Essa queda geral é provavelmente devida a programas governamentais que oferecem cuidados de saúde gratuitos a mulheres grávidas e crianças pequenas. Por fim, o atraso no crescimento das crianças é um problema de saúde pública importante, afetando 21,9% delas, enquanto a emaciação (magreza excessiva) é relativamente baixa, em 3,7%.

Durante os anos 2000 e início dos anos 2010, o Brasil foi aclamado internacionalmente por seus progressos espetaculares na redução da fome e da pobreza extrema graças a políticas sociais estruturantes como o programa "Fome Zero". O Brasil deixou oficialmente o Mapa da Fome da ONU em 2014 (FAO, 2014). Esta trajetória positiva infelizmente inverteu-se a partir de 2015 sob o efeito combinado de crises econômicas, políticas de austeridade e do impacto da pandemia de COVID-19. A deterioração é espetacular: segundo a última pesquisa nacional sobre insegurança alimentar (Ebia, 2022), o número de brasileiros em situação de fome quase triplicou em uma década, passando de 5,8 milhões em 2013 para 15,5 milhões em 2022.

O país enfrenta hoje um duplo fardo nutricional. Por um lado, persistem carências alimentares, como evidencia uma taxa de atraso no crescimento de 7,0% entre crianças pequenas (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, 2019). Por outro lado, uma epidemia de obesidade ganha terreno, favorecida pelo consumo massivo de alimentos ultraprocessados. Esta situação crítica evidencia as

profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira e confirma os antigos alertas de alguns pesquisadores, que advertiam sobre a fragilidade dos progressos alcançados e sua dependência de um compromisso estatal sustentado (Ibase, 2008).

Figura 1: Mapa da Fome no Mundo



Fonte:https://docs.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp268944.pdf?_ga=2.161843710.316083083.1760286773-464247280.1760286773

O Brasil não está mais no Mapa da Fome. O anúncio foi feito pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) nesta segunda-feira (28.07) em Adis Abeba, Etiópia. O resultado reflete a média trienal 2022/2023/2024, que colocou o país abaixo do patamar de 2,5% da população em risco de subnutrição ou de falta de acesso à alimentação suficiente. A conquista foi alcançada em apenas dois anos, tendo em vista que 2022 foi um período considerado crítico para a fome no Brasil (MDS, 2026)

"Sair do Mapa da Fome era o objetivo primeiro do presidente Lula ao iniciar o seu mandato em janeiro de 2023. A meta era fazer isso até o fim de 2026", lembrou o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. "Mostramos que, com o Plano Brasil Sem Fome, muito trabalho duro e políticas públicas robustas, foi possível alcançar esse objetivo em apenas dois anos. Não há soberania sem justiça alimentar. E não há justiça social sem democracia", completou (MDS,2026)

3.2 CONVERGÊNCIA SOBRE O IMPACTO DELÉTÉRIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

Os trabalhos da UNICEF (2019) e do PAM (2017) documentam de maneira sistemática uma forte correlação entre insegurança alimentar e indicadores educacionais. A pesquisa de Pierre et al. (2021) realizada nos departamentos do Sul e da Grande Anse demonstrou que, nas escolas onde mais de 60% dos alunos chegavam sem tomar café da manhã, as taxas de reprovação em exames padronizados eram 45% superiores à média nacional. Um estudo qualitativo conduzido por Bernard (2020) com professores haitianos corrobora esses dados quantitativos ao descrever "alunos apáticos, incapazes de se concentrar após as 10h00 da manhã", o que limita consideravelmente sua capacidade de assimilar conhecimentos fundamentais.

As pesquisas do Banco Mundial (2022) estimam que os atrasos no crescimento devido à desnutrição infantil afetam quase 30% das crianças haitianas menores de 5 anos, com consequências irreversíveis no desenvolvimento cognitivo que se repercutem ao longo de toda a escolaridade. A análise de Joseph (2023) destaca que esses déficits nutricionais precoces criam uma "deficiência de aprendizagem" estrutural que o sistema educacional haitiano tem dificuldade em compensar.

No entanto, um grupo científico brasileiro, particularmente rico sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fornece resultados robustos sobre a eficácia das políticas públicas de segurança alimentar. O estudo longitudinal de Silva e Santos (2019), abrangendo 10.000 alunos ao longo de cinco anos, estabeleceu que as escolas beneficiadas por um programa completo de alimentação escolar registraram uma melhoria de 12% nos resultados de português e 9% em matemática em comparação com escolas que tinham apenas um programa parcial. Esses resultados são confirmados pelas avaliações institucionais do FNDE (2021) que documentam uma redução de 25% na taxa de abandono escolar nos municípios onde o PNAE é plenamente implementado.

A pesquisa de Oliveira et al. (2020) introduz uma nuance importante ao demonstrar que o impacto do PNAE nas aprendizagens é mediado por vários fatores. Sua análise multivariada revela que a melhoria dos resultados escolares é mais significativa quando o programa combina três elementos: o fornecimento de refeições equilibradas, a integração da educação alimentar no currículo e a participação dos pais no monitoramento do programa. Esta abordagem holística explicaria por que o PNAE produz melhores resultados do que os simples programas de distribuição de alimentos.

3.2.1 Impactos Cognitivos e Comportamentais em Sala de Aula

As observações de campo e os estudos realizados por organismos internacionais (UNICEF, PAM) convergem para descrever uma realidade alarmante. As crianças que chegam à escola sem ter comido apresentam dificuldades cognitivas imediatas: sua capacidade de concentração cai significativamente após a primeira hora de aula, sua memória de curto prazo é afetada e elas têm dificuldade em seguir um raciocínio lógico complexo. No plano comportamental, a apatia e a

sonolência são frequentes, alternando com episódios de irritabilidade que perturbam o clima da sala de aula. A participação ativa nas atividades pedagógicas torna-se um esforço insuperável. Além disso, a desnutrição crônica (atraso no crescimento) sofrida na primeira infância tem consequências duradouras e muitas vezes irreversíveis no desenvolvimento neurológico, criando um déficit cognitivo antes mesmo da entrada na escola.

3.2.2 Indicadores Educacionais Negativamente Afetados

Esses déficits traduzem-se diretamente numa degradação dos indicadores educacionais. As avaliações padronizadas, quando existem, revelam resultados escolares medíocres e altas taxas de reprovação, particularmente nas disciplinas que exigem maior concentração. O absentismo é um problema grave; para muitos alunos, a motivação para percorrer longas distâncias para ir à escola diminui na ausência da perspetiva de uma refeição. Nos casos mais extremos, a fome é uma causa direta de abandono escolar, com as crianças sendo obrigadas a procurar comida ou trabalhar para sobreviver. Esta situação repercute-se nas taxas de conclusão do ciclo primário, que continuam entre as mais baixas da região.

3.2.3 Fatores Estruturais que Exacerbam a Situação

Esta crise não é uma fatalidade, mas o resultado de fatores estruturais. O Haiti sofre com a ausência de um programa nacional de alimentação escolar coordenado, duradouro e suficientemente financiado. A resposta é frequentemente deixada à iniciativa de organizações não governamentais, cujas intervenções, embora vitais, são por natureza pontuais, fragmentadas geograficamente e dependentes das flutuações do financiamento internacional. Esta falta de política pública coerente é agravada pelo contexto socioeconômico: a pobreza extrema de grande parte da população significa que a escola é muitas vezes o único lugar onde a criança pode esperar ter uma refeição completa, transferindo para o sistema educacional uma pressão que ele não tem capacidade de assumir.

3.2.4 Os Mecanismos de Sucesso do PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil representa um modelo de política pública integrada, cujo sucesso repousa sobre fundações institucionais sólidas.

3.2.4.1 Marco Institucional e Governança

A primeira força do PNAE é seu ancoramento jurídico. Consagrado pela Lei Federal nº 11.947/2009, é uma política de Estado, o que o protege das mudanças políticas e garante sua perenidade. Sua gestão é centralizada no nível normativo pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que estabelece as diretrizes nutricionais e gerencia as transferências de recursos,

enquanto a execução é descentralizada para os estados e municípios. Um pilar essencial de sua governança é a participação social: os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), compostos por representantes do Estado, professores, pais e da sociedade civil, são responsáveis pelo controle local da qualidade, quantidade e conformidade das refeições, assegurando assim transparência e responsabilização na base.

3.2.4.2 Aspectos Operacionais e Financiamento

O programa beneficia-se de um financiamento garantido pelo orçamento federal, com transferência automática de recursos por aluno/dia para as entidades federadas. Este mecanismo assegura previsibilidade e estabilidade financeira indispensáveis. O PNAE é quase universal, abrangendo todos os alunos da educação básica pública, o que o torna um instrumento poderoso de redução das desigualdades. Uma inovação importante é seu vínculo estrutural com a agricultura familiar: a lei obriga os municípios a utilizar pelo menos 30% desses recursos para comprar produtos diretamente dos agricultores familiares locais. Esta medida cria um círculo virtuoso ao estimular a economia local, fornecer alimentos frescos e saudáveis e fortalecer a segurança alimentar de toda a comunidade.

3.2.4.3 Efeitos Benéficos Documentados

A avaliação do PNAE demonstra impactos multissetoriais. No plano educacional, melhorou significativamente a assiduidade e reduziu a taxa de abandono escolar, sendo as refeições uma forte motivação para a frequência escolar. Estudos apontam também para uma melhoria das capacidades de aprendizagem e dos resultados escolares. No plano da saúde, o programa é uma ferramenta eficaz de segurança alimentar e educação nutricional, contribuindo para combater a carência de micronutrientes e promover hábitos alimentares saudáveis. Por fim, suas externalidades positivas sobre o desenvolvimento rural e a economia local fazem dele muito mais do que um simples programa de distribuição de refeições.

3.3 SINTESE COMPARATIVA: O PAPEL MODERADOR DAS POLITICAS PUBLICAS

A partir de uma análise comparativa, evidencia-se o papel determinante das políticas públicas na relação entre fome escolar e aprendizado dos alunos. Enquanto os estudos sobre o Haiti (Dupuy, 2022) descrevem um sistema educacional que sofre as consequências da insegurança alimentar sem capacidade de resposta estrutural, a literatura brasileira (Machado et al., 2021) apresenta um modelo onde o Estado atua como um regulador ativo dessa relação. A meta-análise de Costa (2022), examinando 45 estudos sobre programas de alimentação escolar na América Latina, conclui que as características do PNAE brasileiro – nomeadamente seu financiamento estável, seu ancoramento

jurídico e seu modelo de gestão descentralizada – fazem dele um fator explicativo importante de seu impacto positivo nas aprendizagens.

A confrontação dos dois casos evidencia diferenças estruturais que explicam o fracasso de um lado e o sucesso do outro.

- Perenidade vs. Precariedade: A diferença fundamental reside na natureza da resposta. O Brasil institucionalizou sua ação numa política de Estado estrutural, enquanto no Haiti a resposta é majoritariamente de assistência pontual e humanitária, vulnerável às mudanças de prioridades dos doadores.
- Financiamento e Governança: O Brasil dispõe de um sistema de financiamento estável e de mecanismos de controle robustos (FNDE, CAE). O Haiti, inversamente, sofre com financiamento errático e ausência de um marco institucional forte para supervisionar e coordenar as ações.
- Abordagem Integrada vs. Abordagem Setorial: O PNAE é concebido como uma política integrada, conectando os objetivos educacionais aos da saúde, agricultura e desenvolvimento local. A abordagem haitiana, quando existe, permanece setorial e fragmentada, tratando a fome na escola como um problema isolado e não como um elo de uma estratégia de desenvolvimento nacional.
- Participação Comunitária: O Brasil institucionalizou o controle social via CAE, favorecendo um sentimento de propriedade e responsabilidade local. No Haiti, observa-se uma fraca participação estrutural dos atores locais na gestão e monitoramento, o que limita a apropriação e a sustentabilidade das iniciativas.

3.4 COMPORTAMENTO DOS PROFESSORES FACE AOS ALUNOS COM DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO

Por vezes, alguns professores adotam comportamentos inadequados em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, sem procurar compreender os problemas subjacentes que estesenfrentam. Acontece, por exemplo, de alunos sofrerem de deficiências cognitivas ligadas à desnutrição. A fome pode de fato afetar as funções cerebrais, levando a dificuldades de concentração, memorização e aprendizagem.

É importante lembrar que a deficiência não se limita às deficiências físicas. Existem também deficiências "invisíveis", de ordem mental ou cognitiva, que podem ser causadas ou agravadas por diversos fatores socioeconômicos, como a fome ou um ambiente desfavorável. Essas situações complexas criam frequentemente uma cascata de subproblemas que impactam profundamente a escolaridade do aluno.

- As lições tiradas desta análise comparativa permitem formular recomendações acionáveis para contextos vulneráveis como o do Haiti.
- Estabelecer um marco legal: O primeiro passo é a criação de uma lei ou decreto que institua um programa nacional de alimentação escolar, conferindo-lhe legitimidade e permanência para além dos ciclos políticos.
- Garantir o financiamento: É crucial criar uma linha orçamentária dedicada e perene no orçamento nacional, eventualmente complementada por um fundo fiduciário alimentado por parceiros internacionais, com um mecanismo de gestão transparente.
- Estruturar um modelo descentralizado: O programa deve ser concebido para ser implementado a nível municipal, apoiando-se nas autoridades locais e criando incentivos para o abastecimento junto dos produtores locais, nos moldes brasileiros, a fim de dinamizar a economia comunitária.
- Instituir mecanismos de controle: A criação de comitês de monitoramento locais, inspirados no CAE brasileiros e incluindo pais, professores e líderes comunitários, é essencial para garantir a transparência, a qualidade e a adesão da população.

3.5 OS MAUS-TRATOS DAS CANTINAS ESCOLARES

Mesmo quando existem organizações como PAM, UNICEF, OFAO, que fornecem alimentos para as cantinas escolares, falta orientação para o preparo dos alimentos, e uma ou duas refeições apenas não são suficientes para combater a fome, porque a fome não é apenas aquele que não come, como diremos noutro ponto, mas também quando não se come na hora certa e a comida não é adequada. Por exemplo, se comemos arroz e farinha todos os dias, e nem sempre na hora certa, e ao chegar em casa é sempre arroz (os pais optam pelo mais fácil de cozinhar porque não têm recursos econômicos suficientes para fazer outra coisa).

Falamos de maus-tratos das cantinas porque na maioria das escolas que têm cantinas escolares, a comida nem sempre é bem cozida e, na maioria das vezes, a refeição contém apenas arroz sem molho e nem mesmo um pequeno suco. Frequentemente, há alunos com fome que não conseguem consumir a comida assim. Às vezes, não há uma pessoa diretamente responsável pelo preparo dos alimentos, então, isso também não funciona bem.

3.6 ALUNOS QUE DESFRUTAM DA AULA E SE SENTEM BEM NA ESCOLA

Numa sala de aula, o professor deve ter como objetivo ajudar os alunos a compreender as matérias que ensina e, ao mesmo tempo, fazê-los entender a realidade da vida, o bom caminho e a verdade.

- Fazer o aluno sentir-se capaz e ajudá-lo nisso.
- Quando ele compreende, obtém boas notas e recebe incentivos/prêmios.

- O professor adota um bom comportamento em relação a ele.
- Ele se sente bem consigo mesmo em relação à aula e à escola.
- O professor usa a boa maneira para encorajá-lo a trabalhar.

E mais: a escola não é apenas um local de aprendizagem, mas também um local de acompanhamento, um local de investimento, um local para criar relações: amizades, afetivas e sociais.

Por isso, mesmo que um professor queira e possa ajudar o aluno a desfrutar da aula e sentir-se bem na escola, se o aluno tem fome, tudo isso não adianta nada. É preciso ajudar o aluno com comida, com cuidados na escola, para que ele seja capaz de desfrutar da aula e sentir-se bem.

4 CONCLUSÃO

A análise comparada das realidades haitiana e brasileira em matéria de insegurança alimentar e seus reflexos no ambiente escolar leva a uma observação fundamental: a fome não é uma fatalidade imposta, mas sim o produto de decisões políticas.

O Haiti personifica, por sua vez, a engrenagem de uma falência estatal crônica. Diante de uma insegurança alimentar persistente e aguda, as intervenções permanecem humanitárias, dispersas e instáveis, relegando a escola à posição de mera espectadora impotente. Os distúrbios cognitivos, o crescente absentismo e o abandono precoce dos estudos não se limitam a estatísticas educacionais; eles denunciam uma incapacidade sistêmica de garantir a proteção da infância, comprometendo gravemente o futuro do país. Nesse contexto, as cantinas escolares, quando existem, sofrem com uma gestão tão falha que se tornam contraproducentes, fracassando em sua missão fundamental.

Em contrapartida, a trajetória brasileira, embora tenha enfrentado reveses recentes, evidencia a eficácia de uma intervenção estatal forte e estruturada. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) demonstra que uma estratégia abrangente – aliando recursos sustentáveis, base jurídica duradoura, participação cidadã e apoio à agricultura familiar – pode romper o vínculo entre precariedade e fracasso escolar. Ao assumir o papel de "regulador proativo", o Estado transforma a escola em um espaço propício ao desenvolvimento, onde o aluno, liberto do peso da fome, pode dedicar-se plenamente e "usufruir" de sua jornada educacional.

Ao final, esta análise confirma que a questão da fome na escola atua como um poderoso revelador da solidez ou das fragilidades de um sistema de proteção social. Para o Haiti, o ensinamento é inequívoco: sair dessa espiral exige romper com a lógica da assistência temporária para construir, gradualmente, um arcabouço legal sólido, um financiamento garantido e uma gestão local participativa. O desafio vai além da simples distribuição de refeições; trata-se de estabelecer um pilar essencial para o desenvolvimento nacional, onde os direitos à educação e à alimentação se combinam para oferecer a cada criança as condições necessárias para sua realização plena.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento no Haiti**: educação e nutrição. Washington: Banco Mundial, 2022.

BERNARD, M. **Impacto da desnutrição na aprendizagem escolar no Haiti**: **um estudo qualitativo com professores. P**orto Príncipe: Universidade Estadual do Haiti, 2020.

BELIK, Walter; SOUZA, Luciana Rosa de. **Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina**. [S.l.: s.n.].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS 2019)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

DUPUY, J. A educação haitiana diante dos desafios da segurança alimentar. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 28, n. 3, p. 78-95, 2022.

FAO. **Mapa da Fome no Mundo 2014**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2014.

FNDE. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: impactos nos indicadores educacionais. Brasília: FNDE, 2021.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

Joseph, L. **Desnutrição crônica e desenvolvimento cognitivo no Haiti**. Porto Príncipe: Presses Universitaires d'Haïti, 2023.

Machado, P. et al. O PNAE como política educacional: análise dos mecanismos de impacto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-18, 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **Brasil sai do mapa da fome da ONU**: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. Brasília: MDS, 2026.

Disponível: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes.Acesso em: 26 fev. 2026.

Oliveira, A.; Santos, P.; Silva, M. Os efeitos multiplicadores dos programas de alimentação escolar na aprendizagem. **Journal of Educational Development**, [s.l.], v. 65, p. 102-115, 2020.

Pierre, J. et al. **Insegurança alimentar e resultados escolares nos departamentos do Sul do Haiti**. Porto Príncipe: Ministério da Educação Nacional, 2021.

PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL. **Avaliação da segurança alimentar escolar no Haiti**. Roma: PAM, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. [S.l.]: Rede PENSSAN, 2022.

Silva, M.; Santos, R. Impacto do PNAE nos resultados escolares: um estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 2, p. 345-367, 2019.

UNICEF. **Crianças haitianas**: nutrição, saúde e educação. Porto Príncipe: UNICEF, 2019